



ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S

TRUMP

100 dias de governo



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

Presidente Trump X candidato Trump

Além de contabilizar mais derrotas do que vitórias, o presidente norte-americano Donald Trump chegou ao final dos seus primeiros 100 dias de governo vivendo uma fase de moderação, na qual tentava atenuar suas promessas de campanha, que eram bastante radicais, e assumir um figurino mais moderado. Esse foi o diagnóstico apresentado pela professora e pesquisadora Fernanda Magnotta no Encontro Democrático promovido em maio de 2017 pelo Espaço Democrático.

Coordenadora do curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), Magnotta destacou que o processo de moderação de Trump tem um limite. “Ele não pode ir muito longe no sentido de uma normalização, pois isso seria estelionato eleitoral. Seria o fim da conexão entre ele e seus eleitores”, afirmou.

O evento teve também a participação do cientista político Rogério Schmitt, consultor do Espaço Democrático, que, em sua palestra, procurou demonstrar que Trump não é exatamente o aventureiro populista descrito nas redes sociais e na análise de muitos especialistas. Para Schmitt, Trump foi eleito com base na conjunção de dois fatores: a rejeição ao governo Obama e a tradição norte-americana de alternância no poder. “A vitória de Trump foi a vitória consistente do Partido Republicano e não uma vitória do candidato”, disse, mostrando que a aprovação do partido era naquele período muito maior que o apoio a Trump.

Este Caderno Democrático traz a íntegra das palestras, duas importantes contribuições para uma melhor compreensão do polêmico presidente e suas circunstâncias.

Boa leitura.



LUIZ ALBERTO MACHADO: Boa tarde a todos e a todas. Vamos iniciar mais um Encontro Democrático, hoje tratando de um evento considerado importante nos Estados Unidos - os 100 primeiros dias de um governo. Se lá se dá essa importância mesmo para um governante *low profile*, imaginem com um governante cheio de teatro como é Donald Trump. E para comentar esse assunto nós temos a satisfação de receber mais uma vez a professora Fernanda Magnotta e o cientista político Rogério Schmitt.

Fernanda Magnotta é a coordenadora do curso de Relações Internacionais da FAAP e já esteve aqui no Espaço Democrático falando da expectativa da eleição americana. Mas entre aquela primeira palestra e agora ela viveu uma experiência interessante: a convite da Universidade de Akron, em Ohio, Fernanda passou quase 40 dias lá acompanhando todo o processo eleitoral. E a partir daí, claro, ela se tornou uma fonte muito procurada para falar sobre esse tema.

E o Rogério Schmidt, que é um dos colaboradores do Espaço Democrático, cientista político, explicou naquela oportunidade como funciona o sistema eleitoral nos Estados Unidos e hoje vai também expor suas observações a respeito do governo Trump e de sua vitória na eleição. Só que nós vamos inverter a ordem de palestras em relação à vez passada. A Fernanda fala primeiro e depois o Rogério faz seus comentários.



FERNANDA MAGNOTTA: Boa tarde a todos, muito obrigada pelo convite. É uma satisfação estar aqui novamente. É um desafio grande fazer um balanço dos primeiros 100 dias do Trump. Vou tentar me ater, primeiro, a uma leitura mais geral, falar um pouco desse diagnóstico dos primeiros três meses de governo e depois tentar pontuar em relação a alguns temas, como se dá essa dinâmica entre o que ele prometeu na campanha e o que já foi concretizado até o momento. Então são duas etapas: uma caracterização mais geral e depois uma discussão por tema. É lógico que é sempre muito difícil falar sobre algo que está em andamento e do qual nós temos pouco distanciamento histórico. O que eu vou dizer aqui é baseado em coisas que aconteceram até ontem e por isso é um pouco complicado. Mas é um exercício também de análise que a gente ensaia. É um prazer estar aqui de novo com o Rogério, o professor Machado, a Alda Marco Antonio, que sempre nos prestigia, muito obrigada.

Acho importante começar esclarecendo que existem dois momentos a respeito do governo Trump. Existe o momento do Trump candidato e o do Trump presidente. Desde que ele foi eleito, a maior parte dos analistas tenta interpretar essa dinâmica. No fundo, acho que é assim em

...EXISTEM DOIS MOMENTOS A RESPEITO DO GOVERNO TRUMP. EXISTE O MOMENTO DO TRUMP CANDIDATO E O DO TRUMP PRESIDENTE. DESDE QUE ELE FOI ELEITO, A MAIOR PARTE DOS ANALISTAS TENTA INTERPRETAR ESSA DINÂMICA”.

todas as eleições. As pessoas sempre tentam comparar se depois de eleito o indivíduo mantém a sua fidelidade original em relação àquilo que ele representava como candidato. O caso do Trump é curioso porque não aconteceu, na minha perspectiva, nenhuma das opções mais óbvias. Muita gente acreditava que, ao ser eleito, Trump rapidamente seria normalizado, seria moderado e se tornaria um republicano tradicional. Era a aposta de que o Trump candidato seria de uma vez por todas exorcizado e aí teria lugar então um Trump renovado, diferente, de certa forma contraditório àquele primeiro Trump. Isso não aconteceu nem na velocidade que se esperava, nem com os contornos que geralmente a eleição promove. Mas o extremo oposto também não aconteceu. Se por um lado Trump não foi normalizado na velocidade e nos moldes que se esperava, ele também não manteve as características do Trump candidato. Então, de certa forma ele contrariou as expectativas daqueles que acreditavam que ele simplesmente seria uma continuidade, que manteria o mesmo discurso, faria as políticas que tinha prometido e tal. O que seria um elemento ainda mais difícil para promover a análise, no sentido de que os dois cenários mais óbvios não se realizaram - nem o Trump candidato continuou de vento em popa, nem o Trump presidente foi normalizado como os republicanos imaginaram. Eu gosto de pensar, então, no que aconteceu se nenhum dos cenários óbvios se concretizou.

Gosto de pensar no Trump como sendo um mosaico. O Trump, inevitavelmente, tem elementos do Trump candidato, porque o Trump candidato dialoga não só com a personalidade dele, com algumas idiossincrasias da própria questão cognitiva do Trump, da biografia, enfim, da identidade dele, mas também evidentemente traz um

contorno do partido de que ele faz parte. Então, é quando a gente pensa no Trump como um mosaico, como se ele fosse tudo ao mesmo tempo. O Trump é um republicano moderável ao mesmo tempo em que ainda é o candidato figurão que nós conhecemos durante a campanha.

A diferença é que esse mosaico teve uma reconfiguração no tamanho das suas peças, as partes que o compõem. E de certa forma é como se a luz estivesse incidindo em alguma medida mais sobre uma parte do que outra. Eu digo isso como uma analogia porque, na minha hipótese, um Trump em processo de normalização, de moderação, já não é mais o candidato sem filtros como ele era antes. Mas ele continua muito vinculado à base eleitoral que o colocou no poder e da qual ele se tornou refém. A persona que ele criou ao longo da campanha fez dele alguém que depende desse eleitorado. Se nós pararmos para pensar em termos de legitimidade, o Trump ganhou a eleição apesar de tudo e de todos. Ele ganhou a eleição a partir do próprio partido, que não o apoiava desde o início, demorou a se conformar com essa indicação. Ele ganhou apesar da Hillary e dos democratas e de todos os que apoiavam a candidatura dela, das lideranças internacionais que o condenaram, como se não dessem muita credibilidade à candidatura dele. Ganhou apesar da elite intelectual, da elite política americana que em nenhuma medida o apoiou, e dos grandes veículos da mídia.

Então, no fundo, a legitimidade de Trump, na minha visão, repousa sobre esse eleitorado, que é muito fiel e que fez dele presidente. Por isso, no mosaico do Trump é difícil acreditar numa normalização completa, porque isso significaria praticar um estelionato eleitoral, ou seja, para que ele fosse moldado pelo sistema ele teria simplesmente que rechaçar promessas que fez, contrariar coisas que disse - e ele não estaria

disposto a fazer isso, porque esse seria o último fio de conexão entre ele e aqueles que o elegeram - o seu próprio público. Então, eu digo que o Trump é um mosaico no sentido de que as peças continuam todas lá. O Trump de antes existe, o Trump de agora aos poucos sendo moderado existe, mas talvez agora exista um maior equilíbrio entre essas duas partes. O Trump candidato era muito maior do que se esperava do Trump presidente. Agora, o Trump presidente, ao ser moderado pelas instituições, pelas expectativas, vai ganhando mais espaço. O que não impede que eventualmente o discurso do Trump candidato apareça. E é um pouco baseado nessa premissa que acontece aqui o nosso balanço dos primeiros 100 dias.

Eu vou falar com vocês um pouco das minhas impressões pessoais, mas também baseada num estudo que acabou de ser publicado pela Unesp. Eu coordenei um núcleo de análises de pesquisas internacionais da Unesp sobre os 100 dias do Trump, é um material de 43 páginas em que nós, como equipe de 16 pesquisadores, confrontamos as promessas de campanha em relação aos avanços em vários temas. O que fica bem claro quando a gente pega esse balanço geral é que, de certa forma, até o momento Trump teve mais derrotas do que vitórias, pensando do ponto de vista do seu próprio capital político. É lógico que a maior vitória de todas foi a eleição, isso com certeza deu a ele uma

NOS ESTADOS UNIDOS, COMO NO BRASIL, NAS DEMOCRACIAS EM GERAL, NENHUM PRESIDENTE SOZINHO, POR CONTA PRÓPRIA, TEM AUTONOMIA PARA DELIBERAR CERTAS COISAS. EXISTEM INSTITUIÇÕES E, CLARO, UMA CONSTITUIÇÃO QUE DEFINE AS COMPETÊNCIAS DE CADA UM DOS PODERES”.

autoestima e uma capacidade de gestão legítima e muito forte. Mas, de lá para cá, os poucos temas em torno dos quais Trump está atuando foram temas nos quais ele foi justamente barado pelo conjunto de instituições que existe nos Estados Unidos. Eu lembro que, quando estive aqui da última vez, junto com o professor Carlos Pio e com o Rogério Schmitt, falávamos sobre a ideia das competências. Nos Estados Unidos, como no Brasil, nas democracias em geral, nenhum presidente sozinho, por conta própria, tem autonomia para deliberar certas coisas. Existem instituições e, claro, uma Constituição que define as competências de cada um dos poderes.

Então, no caso americano, o presidente, chefe do Executivo, não é responsável, por exemplo, por declarar guerras ou fazer a gestão do orçamento. Essas são atribuições exclusivas do Congresso. Então, coisas que eventualmente Trump queira fazer sozinho, ele não consegue, ele precisa do apoio dos congressistas. E é curioso porque, mesmo tendo maioria de republicanos no Senado e na Câmara dos Representantes, ele tem tido dificuldades de diálogo com as casas legislativas. Isso é relativamente surpreendente, porque quando tínhamos, por exemplo, o Obama, de um partido, e as casas legislativas de outro partido, era esperado que houvesse ali uma dificuldade, uma tensão na hora de se avançar alguns projetos. Agora, esperava-se que Trump tivesse muito mais conforto, já que ele conta com essa maioria legislativa. Mas não é o caso porque, de novo, os próprios partidos são muito heterogêneos nos Estados Unidos e não necessariamente ser republicano significa apoiar todas as causas republicanas. Então, estou dizendo isso para explicar por que digo que, até o momento, ele teve mais derrotas do que vitórias.



Se tivesse que destacar três grandes derrotas do presidente Trump ao longo desses primeiros 100 dias, eu diria que a primeira delas foi logo no início do governo, quando ele tentou aprovar o que se chamou de *Travel Ban* (proibição de viajar). Por meio de uma Ordem Executiva - é como se fosse uma Medida Provisória - ele tentou estabelecer a proibição do ingresso de imigrantes de alguns países, inicialmente eram sete países, em geral países do Oriente Médio mais a África, depois ele reduziu para seis países, excluindo o Iraque. Ele tentou fazer com que isso vigorasse por meio de uma decisão arbitrária do Executivo. Valeu por alguns dias e não foi adiante porque o Judiciário barrou a medida, alegando que ela feria alguns princípios constitucionais. Aliás, a própria redação dessa medida executiva não era muito clara, pois dava margem para interpretações variadas. Então, por exemplo, um cidadão que não é americano de nascimento, mas possui *Green Card*, residente permanente... ele deve ou não ser enquadrado nessa lei? A lei era ambígua para alguns problemas. Então, a primeira grande derrota do governo Trump, com grande repercussão internacional, foi essa relacionada ao *Travel Ban*.

Passados alguns meses houve um segundo episódio que marcou novamente uma derrota do governo Trump: a tentativa de modificar e reestruturar o programa de saúde pública do governo anterior, chamado *Obama Care*. O *Obama Care* foi, ao longo de toda a campanha eleitoral, muito atacado pelo Trump. Sempre foi um programa muito controverso, é um programa caro, que gerou uma reestruturação enorme do sistema de saúde americano. Em geral, os republicanos sempre foram muito críticos desse programa, sobretudo em relação à ideia de que o Estado não deveria arbitrar ou interferir nesse assunto, que isso devia ser algo de decisão individual. E então o Trump, logo depois de eleito,

propôs que fosse feita uma revisão desse programa. Não é uma revisão que poderia ser feita exclusivamente pela via executiva, do tipo uma ordem que ele desse, porque foi um programa aprovado pelo Congresso, inclusive pelos republicanos e então precisava ser debatida novamente dentro do Congresso.

A derrota veio no sentido de que, na data prevista para inserir esse tema na pauta do Congresso americano, o presidente da Câmara dos Representantes, que é um republicano, disse que não teria condições de pautar o projeto porque não havia consenso sobre ele dentro do Partido Republicano e, caso ele fosse votado, não seria aprovado. Então, para evitar uma derrota legislativa, eles se anteciparam e evitaram a discussão sobre o *Obama Care*. Isso teve a ver sobretudo com um grupo que pertence a uma ala mais à direita do Partido Republicano, que é muito duro em relação a tudo que versa a respeito de intervenção estatal, tudo que tem a ver com a presença do Estado regulando as coisas. E para esse grupo a versão revisada do Trump ainda era abusiva em termos de participação do Estado nas decisões individuais. Então, por falta de consenso dentro do próprio Partido Republicano, os republicanos abandonaram

POR MEIO DE UMA ORDEM EXECUTIVA - É COMO SE FOSSE UMA MEDIDA PROVISÓRIA - ELE TENTOU ESTABELECEER A PROIBIÇÃO DO INGRESSO DE IMIGRANTES DE ALGUNS PAÍSES, INICIALMENTE ERAM SETE PAÍSES, EM GERAL PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO MAIS A ÁFRICA, DEPOIS ELE REDUZIU PARA SEIS PAÍSES, EXCLUINDO O IRAQUE".



esse assunto e o *Obama Care* não foi, naquele momento, votado como poderia ter sido.

(Em 4 de maio, poucos dias após essa palestra, Trump e os republicanos conseguiram aprovar a mudança em uma votação apertada na Câmara dos Representantes. A vitória foi considerada pelo governo "um primeiro passo histórico" do projeto, mas agora cabe ao Senado dar o passo seguinte no assunto, ainda envolvido em um clima de polêmica e incerteza.)

E a última e mais recente dessas frustrações tem a ver com a construção do muro, que foi outro assunto muito polêmico ao longo da campanha. Vocês todos devem se lembrar, ele falava sobre construir um muro na fronteira do México. Eu até comentei da última vez que estive aqui que esse não é um tema novo, na verdade, porque o muro já existe, em algumas regiões é um muro físico mesmo, de alvenaria em alguns trechos e em outras partes feito com arame farpado. Em boa parte da fronteira é um muro inteligente, controlado por satélites. Mas, enfim, o Trump deseja construir um muro físico em toda a extensão da fronteira com o México, o que hoje, segundo os cálculos do próprio governo, representaria um gasto de 21 bilhões de dólares. Então é um muro caro. Ele investiu muito nesse discurso do muro, mas agora, na última semana, ele veio a público na Casa Branca dizer que, embora continue achando que o muro é uma boa ideia, pretende adiar sua construção por pelo menos um ano porque agora em setembro haverá a decisão sobre o orçamento dos Estados Unidos. Como eu disse, o Congresso é quem cuida disso e ficou claro que incluir 21 bilhões de dólares na conta americana representaria um desequilíbrio fiscal. Os Estados Unidos não têm esses recursos no momento e, mesmo que fossem redirecionados de outras áreas, isso implicaria em cortes severos sobretudo nas áreas de Educação e Saúde.



07/05/2017- Estados Unidos lançam ataque contra base aérea do governo sírio. U.S. Navy photo / Fotos Públicas

E ESSE ASSUNTO DA SÍRIA
GEROU UMA COESÃO SOCIAL
NOS ESTADOS UNIDOS.
REPUBLICANOS E DEMOCRATAS
APOIARAM A DECISÃO DE
BOMBARDEAR A SÍRIA EM
RESPOSTA AO USO DE ARMAS
QUÍMICAS POR BASHAR AL ASSAD
CONTRA OS REBELDES. E, CLARO, A
OPINIÃO PÚBLICA MASSIVAMENTE
APOIOU”.

Além de tudo isso, em 2018 os Estados Unidos terão eleições legislativas e os congressistas que disputarão a reeleição temem ser vistos como responsáveis por esse desequilíbrio fiscal. Por isso o Congresso sinalizou que não está disposto a incluir um gasto extra com o muro e Trump teve que aceitar essa decisão porque, de novo, unilateralmente ele não pode fazer um muro, ele não tem recurso e nem tem a competência para fazer isso.

Então, esses são os três grandes casos nos quais o governo Trump até o momento fracassou com bastante força. Eu destacaria como um acerto, em contraponto, o que aconteceu na Síria. É muito complicado dizer que aquilo é um acerto porque, enfim, do ponto de vista humanitário, nenhum de nós acha que o ataque deveria ter sido feito, nenhum ataque é bem-vindo. Mas quando se trata de uma análise em termos de capital político, ou seja, os ganhos que ele como presidente obteve ou não em relação a alguma atitude, em geral os analistas consideram que o que aconteceu na Síria foi positivo porque foi um ataque orquestrado, cirúrgico e específico, não representou o início de nenhum conflito maior. Todos acompanharam, foi pontual. E foi perpetrado num momento muito conveniente ao presidente Trump, porque ele vinha justamente sofrendo essas baixas políticas.

E esse assunto da Síria gerou uma coesão social nos Estados Unidos. Republicanos e democratas apoiaram a decisão de bombardear a Síria em resposta ao uso de armas químicas por Bashar Al Assad contra os rebeldes. E, claro, a opinião pública massivamente apoiou. Então, o que eu percebo agora é uma adaptação do discurso de Trump, na tentativa de dar uma reorientação estratégica a algumas promessas antigas para que elas possam ainda fazer sentido em relação àquilo que ele representava como candidato.

Só para dar alguns exemplos, Trump foi muito duro em política externa ao longo da campanha, principalmente em relação ao México e em relação à China. Foram dois *players* muito, muito atacados pelo Trump durante a campanha. Contra a China, inclusive, ele chegou a fazer algumas acusações muito graves do ponto de vista da diplomacia e, após ter sido eleito, ele foi aos poucos moderando esse discurso. Hoje diminuiu muito a presença do México no discurso do Trump e a China praticamente desapareceu. Logo no início, quando ele assumiu o governo, houve um mal entendido com Taiwan, acho que todo mundo deve se lembrar. A gente sabe que para a China reconhecer Taiwan como um país independente é um problema. A China trabalha sob aquela política de uma só China, *One China Policy*. E a relação com os Estados Unidos é baseada nessa política e então espera-se que os Estados Unidos não reconheçam nada além do governo de Pequim como sendo China. O Trump recebeu, logo no primeiro dia de governo, uma ligação da presidente de Taiwan e ele tuitou sobre isso, disse que tinha sido incrível a conversa, que ele apreciava muito as palavras dela e isso gerou um impacto diplomático grave. Em seguida ele recebeu ligação do presidente chinês dizendo: "Espera aí, a nossa relação só é boa porque é baseada no *One China Policy* e você não pode fazer isso". E Trump foi rapidamente orientado pelo Departamento de Estado americano, que pediu que moderasse esse discurso. E ele então, desde esse episódio, mudou muito em relação à China. Fala ainda sobre o déficit, que é o tema que mais o incomoda em relação à China, porque a China tem um superávit comercial em relação aos Estados Unidos e então ele se incomoda com isso, mas parou de fazer acusações de que a China é um competidor desleal, disse que acusaria a China de manipular câmbio, e disso ele não tem falado mais.

Ao contrário, quando ele decidiu bombardear a Síria, o presidente chinês visitava os Estados Unidos, estava num encontro com ele na Flórida. E nenhum de nós viu a China recriar esse episódio, apesar de a China ser um aliado sírio. Assim como os próprios russos, nesse episódio da Síria, foram notificados do ataque. Os Estados Unidos avisaram tanto os russos quanto os sírios de que o ataque seria feito, até por isso não houve perdas significativas, nem de efetivos nem de equipamentos e tecnologia no local atacado, eles tiveram tempo de tirar tudo antes. E por essa razão eu digo que foi algo positivo do ponto de vista da popularidade e do capital político do presidente Trump. Foi um momento em que ele mostrou efetividade, de certa forma reconfigurou essa narrativa de poder dos Estados Unidos e mostrou que os Estados Unidos do presidente Trump não são os Estados Unidos que blefam, que ele de fato estaria disposto a fazer algumas coisas.

Resumindo: na agenda doméstica, acho que o avanço número um tem a ver com os aspectos econômicos e de cortes de impostos. Se de fato

...ELE ALMEJA IMPLEMENTAR UM PLANO DE IMPOSTOS QUE ELE DESCREVEU COMO O PLANO MAIS AUDACIOSO DA HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS. SÃO CORTES DE IMPOSTOS RIGOROSOS PARA INDIVÍDUOS, PESSOAS FÍSICAS, EMPRESAS, TEM A VER COM REPATRIAÇÃO DE PATRIMÔNIO, DE RECURSOS... ELE QUER REDUZIR IMPOSTOS DE 7% PARA 3%".

o governo Trump avançar na promessa que foi feita, de fato os Estados Unidos passarão por quase uma revolução tarifária e social mesmo, ele almeja implementar um plano de impostos que ele descreveu como o plano mais audacioso da história dos Estados Unidos. São cortes de impostos rigorosos para indivíduos, pessoas físicas, empresas, tem a ver com repatriação de patrimônio, de recursos... ele quer reduzir impostos de 7% para 3%. É um plano parecido com o que ele propunha na campanha eleitoral, com um pouco mais de detalhes, mas ainda está muito no início, não foi votado, só foi tornado público. Então nós sabemos que existe uma perspectiva de um legado em torno dessa questão de impostos, o que me parece relevante.

Depois, em relação à desregulamentação do mercado financeiro. O presidente Trump falou muito durante a campanha que ele era contrário a algumas regulamentações estabelecidas desde a crise de 2008. Ele achava que as regulamentações eram um pouco excessivas, que engessavam a ação desses *players* no sistema financeiro, e está propondo a desregulamentação progressiva. Algumas dessas leis já foram flexibilizadas por medidas executivas de lá para cá. Do Obama Care já falei, ele propôs uma reformulação mas enfrentou barreiras dentro do próprio Congresso. O *Travel Ban* tem a ver com os imigrantes, a mesma coisa, foi ejetado pelo Judiciário e não há perspectiva de uma reedição desse documento. O muro, como já disse, é uma ideia que não vai se realizar pelo menos no próximo ano fiscal porque os custos são muito elevados.

Em relação à agenda externa não houve um avanço significativo na área de combate ao terrorismo e de incursão em relação ao Estado Islâmico. Aliás, isso me faz lembrar que ele dizia, durante a campanha, que quando fosse eleito



Christopher Gordon U.S. Navy photo / Fotos Públicas

daria 60 dias para que os generais apresentassem um plano de destruição completa do Estado Islâmico. No fundo, os generais americanos já estão há 60 meses pensando nisso antes dele. Mas, enfim, ele tinha essa premissa, mas não só não apresentou o plano como foi notando que o combate ao Estado Islâmico é um pouco mais difícil do que havia sido prometido, então não há avanços nos primeiros 100 dias sobre isso.

Em relação à China houve uma atenuação do discurso do Trump. Sobre os acordos comerciais, aí sim há um avanço importante nesses primeiros 100 dias: ele paralisou aquele acordo TPP (*Trans Pacific Partnership*), que é aquele acordo de parceria entre países do Oceano Pacífico que incluía criar um grande bloco comercial entre os Estados Unidos e alguns países até latino americanos como o Peru e alguns países asiáticos, sem a China. Era um acordo super ousado que estava sendo tratado como revolucionário do ponto de vista comercial e foi negociado ao longo da gestão Obama. O Trump também foi crítico a esse acordo durante toda a campanha. A Hillary também era crítica, mas a gente sabe que no fundo era só porque o Trump também era crítico. Ela na verdade sempre apoiou o acordo, só mudou na campanha. Só que agora ele é presidente e interrompeu as negociações. Todo mundo considera que o TPP morreu desde que Trump virou presidente. Pelo menos até esse momento.

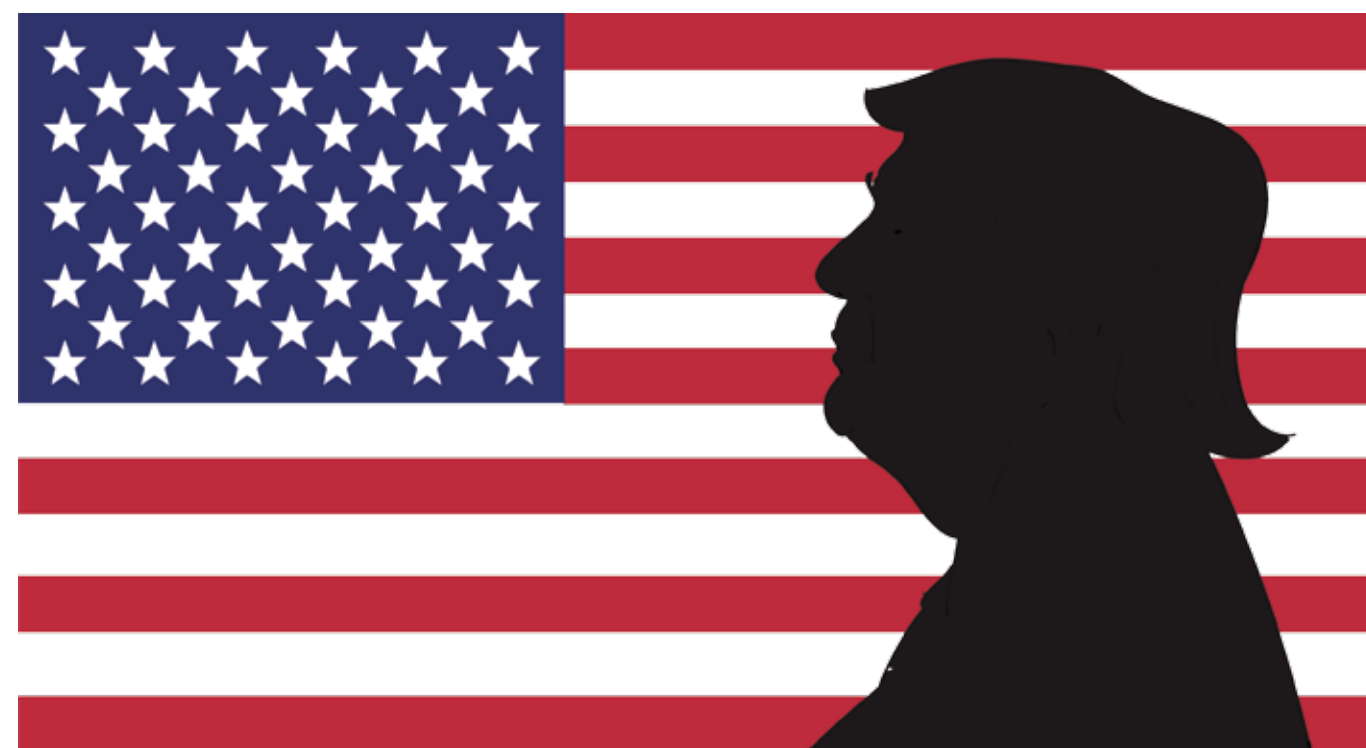
E passando para os temas finais, temos também uma mudança do discurso em relação à Otan, aquela aliança militar entre os Estados Unidos e os países europeus que é considerada a aliança militar mais longa e bem-sucedida da velha História, que vem desde os anos 40. O Trump acusava a Otan de ser uma aliança obsoleta, que trazia menos benefícios aos Estados Unidos do que poderia e que explorava muito os Estados Unidos, porque no fundo os americanos

investem muito mais dinheiro nessa aliança do que os países europeus. Tem até uma regra para participar da Otan, que determina que cada país tem que dedicar pelo menos 3% do seu PIB a investimentos militares dentro da aliança. Mas nenhum país europeu cumpre essa cota.

Trump se apegava muito a isso para dizer que a Otan não servia aos interesses americanos, mas recentemente já mudou o seu discurso também, disse que a Otan poderia ser uma aliada no combate ao terrorismo, principalmente agora que há clareza de que o terrorismo não nasce e se desenvolve apenas às margens do mundo sul global ou no Oriente Médio. Hoje temos aí a Bélgica e a França como *hubs* importantes no combate ao terrorismo.

E, finalmente, o presidente Trump tem sido muito cético em relação ao Acordo de Paris, que foi firmada pelo presidente Obama e pretendia combater a questão da mudança climática, do aquecimento global. Ele decidiu parar a implementação de algumas medidas domésticas que representavam a internalização desse acordo. A retirada efetiva dos Estados Unidos do Acordo de Paris não é ainda algo que parece viável, porque o acordo prevê que uma eventual saída de um país membro implica em etapas progressivas que demoram até quatro anos para a total retirada. E há também alguns ônus jurídicos que vão sendo gerados, você não pode simplesmente abandonar o acordo, tem que lidar com algumas consequências jurídicas disso. É como um contrato. Então, o presidente Trump tem sido muito cético em relação à questão do meio ambiente, mas os avanços objetivos também não são muitos claros.

O Presidente Trump tem a pior avaliação da opinião pública na história dos Estados Unidos. Hoje ele tem 40% de aprovação nas pesquisas de opinião pública. Desde que existe a série



O PRESIDENTE TRUMP TEM A PIOR AVALIAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA NA HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS”.

histórica de pesquisas, que começou nos anos 20, o presidente que tinha a pior marca era Bill Clinton, no segundo governo, com 55% de aprovação, sendo que a média histórica desse período é de 61% de aprovação. Então, percebam que a aprovação é bastante baixa e reflete um pouco todo o processo eleitoral que nós acompanhamos, sabemos da impopularidade dos dois candidatos, etc. Resumidamente, temos aí um presidente de moderação com algumas nuances do velho Trump. Eu acredito, de novo, que essa moderação ocorre passo a passo pelas próprias instituições, como ficou claro em alguns episódios que eu contei aqui, ele vai sendo moderado aos poucos. Agora, ele continua refém daquele eleitorado que o elegeu e de onde ele extrai a sua legitimidade e os avanços são pontuais em relação a cada uma dessas coisas que eu mencionei. Enfim, fiz aqui só um *preview* muito genérico, só para estimular o debate. Obrigada.

LUIZ ALBERTO MACHADO: Obrigado, Fernanda. Eu quero registrar que o nosso encontro está sendo transmitido ao vivo pelo Facebook. E vamos passar a palavra ao Rogério Schmitt, para suas considerações.



ROGÉRIO SCHMITT: Boa tarde a todos, é um prazer estar aqui nessa mesa ao lado da Fernanda, ao lado do Machado. O que eu vou fazer aqui não é exatamente um comentário sobre o que a Fernanda acabou de falar, até porque a gente não conversou antes. Como vocês vão ver, algumas coisas que eu vou falar, ela também falou, e outras coisas, não. Esse balanço de 100 primeiros dias surgiu, como alguém lembrou aqui, nos próprios Estados Unidos, no governo Roosevelt, lá pelos anos 30: "Ah, dá para fazer uma primeira avaliação do presidente após os primeiros 100 dias..."

FERNANDA MAGNOTTA: Foi uma iniciativa do próprio Roosevelt, porque os Estados Unidos estavam passando pelo período de pós-crise de 1929, entre guerras e ele decidiu fazer o famoso choque de gestão. E disse: "Em 100 dias eu vou apresentar um plano que vai modificar o que hoje nós conhecemos como a nossa realidade". E de lá para cá todo mundo que o sucedeu se tornou vítima do balanço dos 100 dias, como se isso fosse tempo suficiente para já mostrar a que veio o presidente.

ROGÉRIO SCHMITT: A rigor, 100 dias nem é um prazo razoável para fazer qualquer balanço mais definitivo, mas, enfim, no caso do Trump esse prazo foi completado na semana passada, no dia 29. Eu tentei estruturar a minha exposição em duas teses centrais. De novo, não estou necessariamente dialogando com a apresentação feita aqui pela Fernanda, mas o meu alvo, a tese que eu vou procurar rejeitar é aquela de que "o Trump é um aventureiro, populista de extrema-direita que poderá conduzir o seu país e o mundo para a beira do abismo". Vou mostrar que essa tese não encontra sustentação e é essencialmente mais uma narrativa ideológica do que uma descrição técnica do que está acontecendo.

Essa é uma tese que a gente vê aí com muita frequência em redes sociais e também entre alguns jornalistas - não é o caso da Fernanda. Ao contrário, vou procurar demonstrar duas teses alternativas. Primeiro, que a vitória do Trump, na verdade, se insere num contexto muito mais amplo de rejeição ao governo Obama e de alternância institucional de poder entre os dois partidos tradicionais. Ou seja, não foi nenhum episódio anômalo na política americana, pelo contrário, faz parte de um ciclo que é bastante conhecido nos Estados Unidos, de alternância entre democratas e republicanos. Na verdade, não foi uma vitória do Trump, mas uma vitória do Partido Republicano. Eu vou procurar argumentar empiricamente a favor dessa tese.

E a outra tese que vou tentar demonstrar é que o presidencialismo americano possui um sistema de freios e contrapesos - *checks and balances* - que impede o exercício arbitrário do poder presidencial. Ou seja, aquela ideia de que Trump é maluco e que pode acabar com o mundo porque não existe restrição à capacidade de arbítrio presidencial. Existe sim.

O PRESIDENCIALISMO AMERICANO POSSUI UM SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS – CHECKS AND BALANCES - QUE IMPEDE O EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DO PODER PRESIDENCIAL. OU SEJA, AQUELA IDEIA DE QUE TRUMP É MALUCO E QUE PODE ACABAR COM O MUNDO PORQUE NÃO EXISTE RESTRIÇÃO À CAPACIDADE DE ARBÍTRIO PRESIDENCIAL. EXISTE SIM".



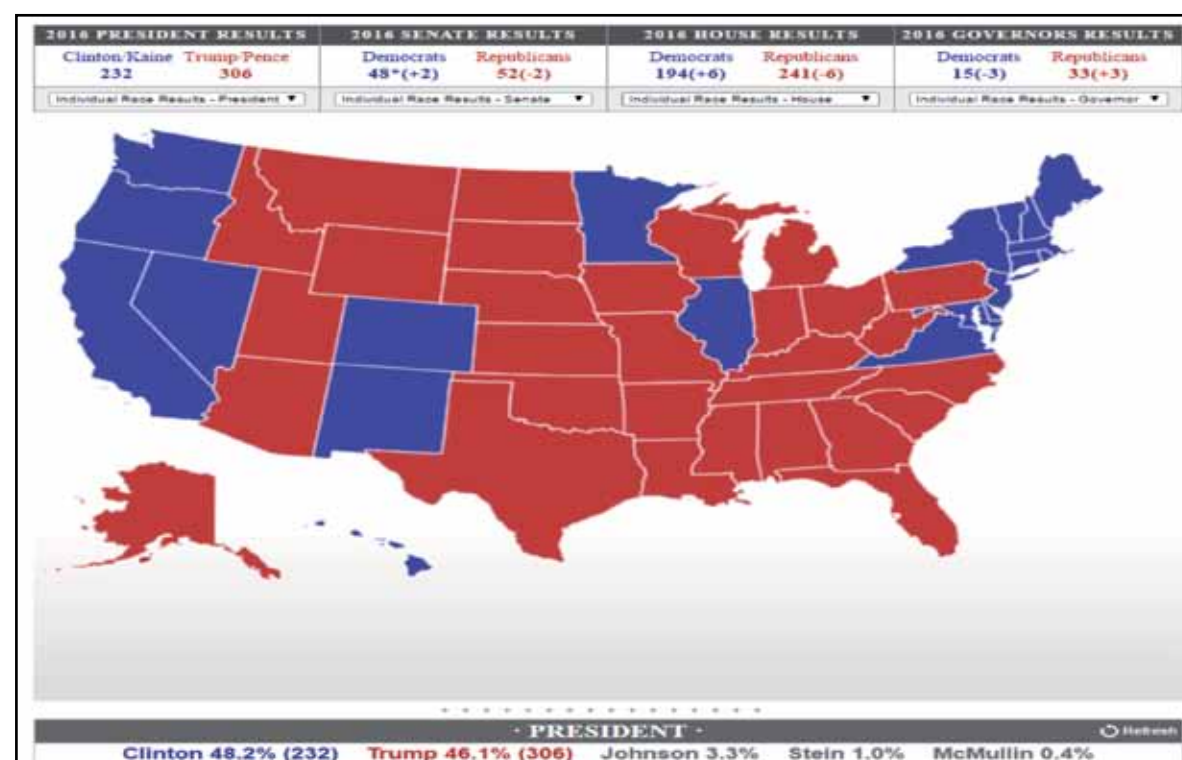
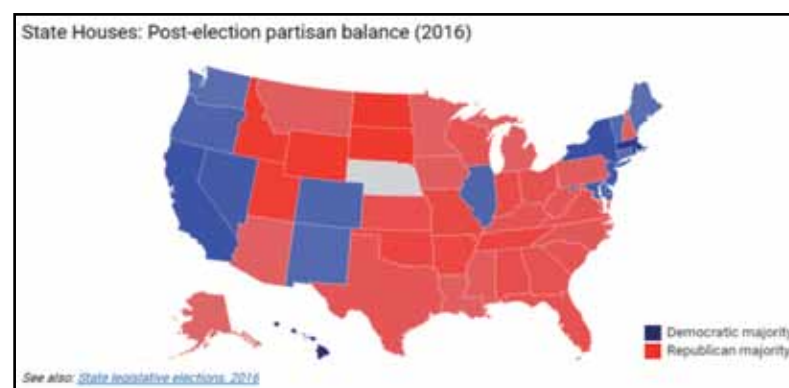
Primeiro, quero citar aqui o que estou chamando de déficit democrático da era Obama. Existe uma organização chamada *Economist Intelligence Unitys*, que é uma agência ligada à revista britânica *The Economist* e que todos os anos divulga um *ranking* da democracia. É uma pesquisa que vem sendo feita desde 2006, em que eles classificam todos os países do mundo em função do grau da democracia. Em 2016, pela primeira vez os Estados Unidos foram classificados não como uma democracia plena, que são a maior parte das democracias do mundo desenvolvido. Os Estados Unidos foram rebaixados pelo que eles chamam de democracia defeituosa, numa tradução literal. É uma nota que vai de zero a 10 e os Estados Unidos, para serem uma democracia plena, deveriam ter uma nota superior a 8, mas em 2016 ficaram com a nota 7,98, ficaram dois centésimos abaixo. O

Obama recebeu o governo com uma nota 8,22 e entregou com uma nota 7,98. É isso o que estou chamando de *déficit* democrático. A própria agência atribui essa queda dos Estados Unidos - eles fazem questão de ressaltar que isso não teve nada a ver a com a eleição presidencial - mas com aquilo que eles chamam de uma erosão crescente da confiança do americano no governo, que foi observada na era Obama.

Vou mostrar aqui que a eleição de Donald Trump foi algo muito mais amplo do que a vitória de um candidato à presidência. Foi a vitória de um partido político. Vejam aqui (mapa abaixo) o resultado no Colégio Eleitoral. Os Estados em vermelho são os Estados em que Trump venceu e os azuis são os Estados em que a Hillary Clinton venceu. No final, o Trump teve 306 votos no Colégio Eleitoral e a Hillary, 232, lembrando que para vencer a eleição você precisa ter 270 votos no Colégio Eleitoral. Trump teve, portanto, 36 votos a mais do que o mínimo necessário. Além disso, o Partido Republicano teve maioria tanto no Senado quanto na Câmara. Ele até perdeu

algumas cadeiras em relação à legislatura anterior, acho que perdeu duas cadeiras no Senado e perdeu seis cadeiras na Câmara, mas manteve a maioria nas duas casas do Congresso.

Mas eu desci mais, eu fui pegar o resultado das eleições nos legislativos estaduais, que pouca gente olha. Vejam no mapa os Estados em vermelho, republicanos, e os azuis, democratas: os republicanos também fizeram a maioria no nível estadual, e não só no Congresso americano.

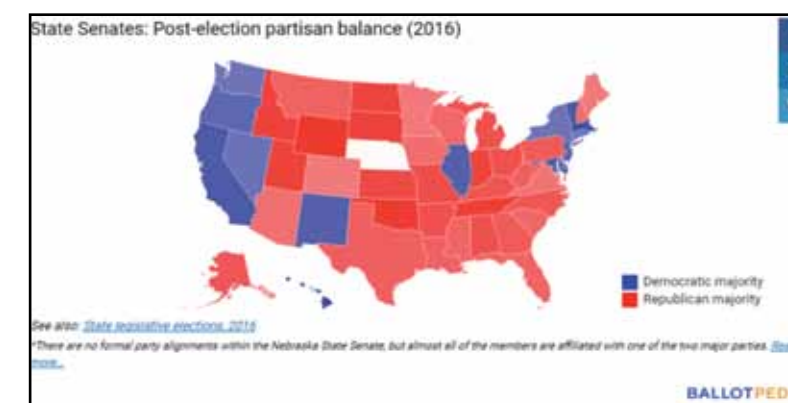


OS DADOS DOS GOVERNADORES
MOSTRAM O MESMO QUADRO:

OS REPUBLICANOS FIZERAM 33 GOVERNADORES E OS DEMOCRATAS SÓ 15. ENTÃO, VOCÊS PODEM PERCEBER QUE ISSO FOI UMA VITÓRIA MUITO CONSISTENTE DE UM PARTIDO E NÃO UMA VITÓRIA ISOLADA DE UM CANDIDATO”.

Não sei se vocês sabem, mas nos Estados Unidos, em quase todos os Estados, além da assembleia legislativa estadual existe também o senado estadual - algo que a gente não tem no Brasil, aqui temos Senado apenas em nível federal. Portanto, os Estados americanos são bicamerais e têm também seus senadores estaduais. E vejam aqui no mapa a composição dos senados estaduais: de novo uma maré vermelha, muito visível. Portanto, a vitória do Trump não foi uma vitória isolada de um candidato avulso. Em qualquer nível que você observe, presidência, Congresso, legislativos estaduais.

Os dados dos governadores mostram o mesmo quadro: os republicanos fizeram 33 governadores e os democratas só 15. Então, vocês podem perceber que isso foi uma vitória muito consistente de um partido e não uma vitória isolada de um candidato.



Por outro lado - e a Fernanda lembrou muito bem isso aqui - o desempenho do governo Trump nas pesquisas de popularidade deixa a desejar. Por incrível que pareça, apesar da vitória do seu partido, a taxa de popularidade está um pouquinho acima de 40% e a porcentagem dos eleitores que desaprovam o governo hoje está em metade dos eleitores. A popularidade do Trump está abaixo de todos os presidentes que vieram antes dele nesses 100 primeiros dias: Obama, George W. Bush, o Bill Clinton, o Bush pai, o Reagan e o Carter.

Por outro lado, eu tendo a acreditar que essa taxa de popularidade vai aumentar. Vejam esta pesquisa que os americanos fazem sobre a confiança do consumidor. A confiança do consumidor costuma ser um bom preditor da popularidade do governo. Essa é uma série que começa em 1977, portanto medindo 40 anos de confiança do consumidor. Recentemente, no mês de março, a confiança do consumidor atingiu o patamar mais alto desde 2001, deve ter sido antes do 11 de Setembro, mas desde 2001 que a confiança do consumidor não batia em 120 pontos, que é a escala que eles usam lá. A gente percebe aqui um movimento de crescimento.

O mercado de ações também pode ser uma boa estimativa de confiança do empresariado. Desde a década de 80, em nenhum outro governo o mercado de ações se valorizou tanto nos 100 primeiros dias como agora, com o Trump. O índice Dow Jones teve uma valorização de seis pontos percentuais, o que mostra também uma confiança grande do setor financeiro.

Aí eu brinquei de pegar alguns discursos importantes do Trump nesses primeiros 100 dias. Vocês já devem ter visto essa metodologia que é chamada de Nuvem de Palavras. Você pega lá a transcrição dos discursos e destaca as palavras mais usadas. Então aqui está o discurso feito em 21 de julho do ano passado, quando aceitou a nomeação pelo Partido Republicano, após o longo processo de primárias do ano passado em que ele venceu os outros pré-candidatos. Estas são as palavras que ele mais utilizou naquele discurso: América, país, anglicano... Isso aqui não fui eu quem fiz, agradeço ao São Google. Aqui, o discurso que ele fez no dia 9 de novembro, dia em que venceu a eleição no Colégio Eleitoral, já de madrugada, logo após a

contagem dos votos. As palavras que ele mais usou foram: povo, obrigado, grande - que era o lema da campanha, a "América grande novamente". Aqui foi o discurso de posse na Casa Branca, no dia 20 de janeiro. De novo as palavras América, grande, povo, país. E aqui um discurso mais recente, aliás bastante elogiado, no dia 28 de fevereiro, a mensagem anual ao Congresso.

Todo ano o presidente dos Estados Unidos faz o discurso chamado Estado da União, que é a mensagem anual ao Congresso. Tecnicamente, neste ano não é chamado de Estado da União porque é o primeiro ano de mandato. E de novo aparecem as palavras nação, América, país. Isso só para tentar oferecer aí alguma métrica, para mostrar os temas mais importantes nos pronunciamentos mais centrais no seu governo até agora.

E aí eu selecionei alguns casos, tanto os casos de fracasso quanto os casos de sucesso nesses 100 primeiros dias. São quatro casos que eu gostaria de explorar. Primeiro, aquele que eu acho - e não foi mencionado pela Fernanda - que foi talvez o maior êxito do governo dele até agora, que foi a nomeação de um juiz para a Suprema Corte. Havia uma vaga aberta desde fevereiro e o Trump fez toda uma campanha dizendo que ele ia nomear um juiz para a Suprema Corte, com um determinado perfil, um elemento mais conservador. E ele nomeou então o Neil Gorsuch, que tem só 49 anos e, portanto, tem a perspectiva de ficar 30 ou 40 anos na Suprema Corte. Ele foi nomeado e aprovado pelo Senado, houve lá uma briga política mas ele acabou sendo aprovado.

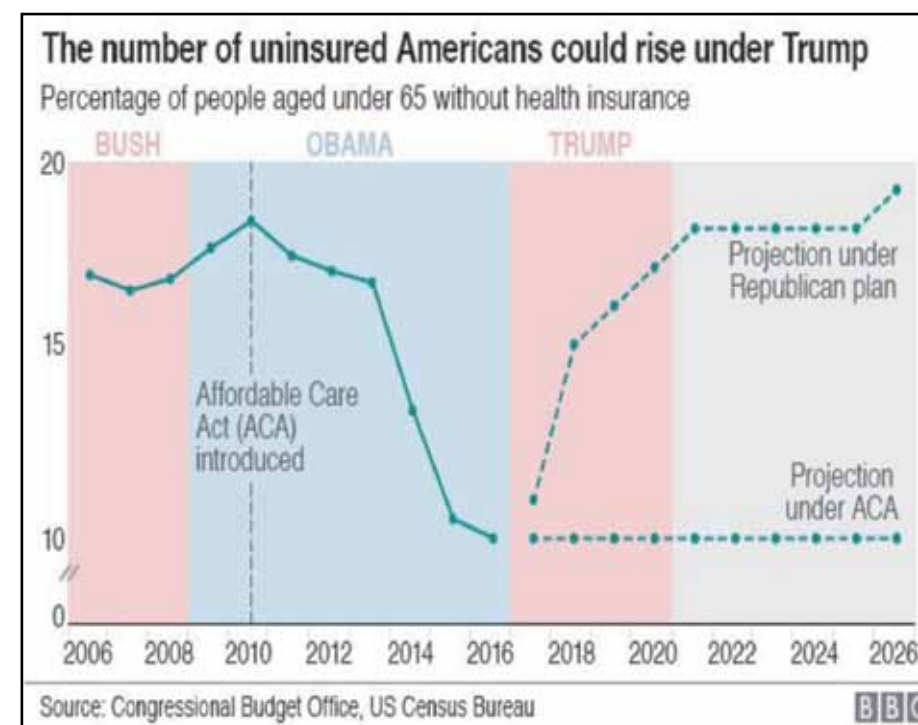
Mas lá normalmente há um intervalo de tempo bem maior entre a nomeação e a aprovação pelo Senado. Aqui no Brasil, recentemente, houve a nomeação do Alexandre Moraes para

...A MAIOR DERROTA DO GOVERNO TRUMP FOI NÃO TER CONSEGUIDO APROVAR, EM MARÇO, O PROJETO QUE ALTERAVA A LEGISLAÇÃO SOBRE O SEGURO SAÚDE DO GOVERNO OBAMA".

o Supremo e não passou nem um mês entre a nomeação e a aprovação. Lá nos Estados Unidos durou quase quatro meses, é um processo mais lento. E essa nomeação do Gorsuch restabeleceu um equilíbrio que havia na Suprema Corte até fevereiro do ano passado, quando morreu um dos juizes. Lá, na Suprema Corte, são nove juizes, como eles chamam - aqui chamamos de ministro. São quatro juizes com um perfil mais conservador, quatro com perfil mais liberal e um mais independente. Aliás, esse juiz que é mais independente foi nomeado pelo Reagan, Anthony Kennedy, e está sinalizando que pode vir a se aposentar num futuro próximo. Então, indicar um outro juiz com um perfil mais conservador para a Suprema Corte pode ter consequências grandes do ponto de vista de jurisprudência.

O segundo caso que eu selecionei - e que foi mencionado pela Fernanda - foi a derrota do *Obama Care*. A gente concorda, a maior derrota do governo Trump foi não ter conseguido aprovar, em março, o projeto que alterava

a legislação sobre o seguro saúde do governo Obama. É uma discussão extremamente polêmica. Esse gráfico aqui mostra a porcentagem dos cidadãos americanos abaixo dos 75 anos que não tem uma tã cobertura médica. Era ali próxima dos 20%, e com o *Obama Care* essa porcentagem caiu para algo próximo a 10%. E esta aqui é uma projeção que mostra que, se o projeto que Trump apresentou tivesse sido aprovado, a curva iria retornar ao patamar anterior ao *Obama Care*.



Por incrível que pareça, Trump não conseguiu aprovar o projeto porque a ala mais conservadora de seu partido achou que o projeto não era drástico o suficiente. Há uma conta que eles fazem lá, de que esse projeto, para ser aprovado na Câmara, precisa ter 216 votos. O Partido Republicano, se não me engano, ter no máximo 20 deputados que votam contra. De fato, com o a Fernanda lembrou, o presidente da Câmara notou que havia mais do que 20 e, se votasse, não iria conseguir aprovar. Então, eles suspenderam a votação. Mas eu diria que essa ideia não está descartada, é muito provável que esse projeto volte reformulado para a pauta da Câmara nos próximos meses, talvez com uma projeção intermediária - nem tanto quanto o Trump havia proposto, mas alguma coisa aí no meio.

(Vide nota anterior - o projeto acabou passando na Câmara dos Representantes em 4 de março.)

E o terceiro caso que eu selecionei - e aí eu faço um balanço diferente do que a Fernanda fez - foi a questão da imigração ilegal na fronteira mexicana. De fato o Trump tinha prometido ampliar esse muro que já existe na fronteira com o México, para tornar mais efetiva a lei que já existe nos Estados Unidos e reduzir a entrada de imigrantes ilegais. Como todo mundo sabe, a fronteira com o México serve de porta de entrada para a imigração ilegal. Na prática, como a Fernanda lembrou, em termos concretos nada foi feito até o momento para se erguer esse muro, não tem nem recursos para isso.

Por outro lado, eu faria um balanço um pouco mais favorável: a simples ameaça de construção do muro já produziu efeitos significativos. O órgão do governo que controla as fronteiras divulga todo mês uma estatística sobre a quantidade de imigrantes que estão tentando ultra-



passar a fronteira de forma ilegal. Em março, agora, que é a estatística mais recente, a quantidade de imigrantes ilegais detidos na fronteira foi a menor dos últimos 17 anos. Na prática, foram detidas pouco mais de 12 mil pessoas; em fevereiro foram 18 mil pessoas; e em janeiro 31 mil pessoas. Os americanos tomam esse indicador como uma estimativa da quantidade de imigrantes ilegais que existem no país - quanto mais pessoas são detidas, mais imigrantes ilegais estão conseguindo entrar. Quanto menos pessoas são detidas, menos pessoas estão querendo entrar. Então, foi a menor taxa de apreensão de ilegais em 17 anos. Isso só com a ameaça de erguer o muro. Talvez até o Trump já tenha conseguido o que ele queria. Não precisa erguer o muro, basta você dizer que vai fazer alguma coisa. Claro, esse aqui é um dado de um mês apenas, não dá para dizer que é uma tendência.

...A SIMPLES AMEAÇA DE PROIBIÇÃO DA ENTRADA DESSAS PESSOAS JÁ FEZ REDUZIR EM 40%, NESSE ÚLTIMO MÊS, A QUANTIDADE DE VISTOS QUE FORAM EMITIDOS. AQUI SÃO DADOS DA REUTERS: 3.200 VISTOS FORAM EMITIDOS EM MARÇO PARA CIDADÃOS DESSES SETE PAÍSES, CONTRA 5.700 QUE FOI A MÉDIA DO ANO PASSADO”.

O quarto e último caso, também citado aí na apresentação da Fernanda, é a questão do veto à entrada de cidadãos daqueles sete países muçulmanos, de maioria muçulmana - Irã, Iraque, Somália, Sudão, Síria e Líbia. O Trump tentou por duas vezes e a justiça derrubou. Ele tentou, por decreto, fazer um banimento provisório, acho que era por 90 dias, se não me engano, da entrada de cidadãos desses sete países. Na prática, era interromper a emissão de vistos de turista para cidadãos desses sete países. A alegação era terrorismo, etc. Não conseguiu, o sistema judiciário americano - olha aí o sistema de freios americanos, os pesos e contrapesos que eu mencionei - não permitiu esse banimento.

Porém, aconteceu nessa dimensão algo parecido com o que aconteceu na imigração ilegal na fronteira mexicana. Mesmo com essas derrotas, os vistos que foram emitidos para cidadãos desses sete países caíram 40% em comparação com a média do ano passado. Ou seja, a simples ameaça de proibição da entrada dessas pessoas já fez reduzir em 40%, nesse último mês, a quantidade de vistos que foram emitidos. Aqui são dados da Reuters: 3.200 vistos foram emitidos em março para cidadãos desses sete países, contra 5.700 que foi a média do ano passado. Em 2014 e 2015 também era uma média de 6 mil, caiu mais de 40%, quase a metade da quantidade de vistos para os cidadãos desses sete países que foram identificados como de risco pelo governo. Isso quando, para o mundo como um todo, a quantidade de vistos aumentou em comparação com o ano passado. Contando todos os países do mundo, o governo está emitindo mais vistos, e não menos, mas está reduzindo para aqueles sete países. É isso, era só mostrar algumas coisas convergentes e outras coisas em contraposição ao que a Fernanda falou.

LUIZ ALBERTO MACHADO: Muito obrigado, Rogério. Fernanda, você quer fazer uma réplica?

FERNANDA MAGNOTTA: Uns comentários breves. As convergências estão aí, só comentando alguns tantos de divergência. Primeiro, eu concordo que existem alguns índices que sinalizam para um aumento de popularidade e a confiança do consumidor de fato é um deles, a correlação é boa, mas não sei se necessariamente o mercado financeiro é o melhor caminho, porque ele pode estar reagindo a outras coisas que não necessariamente têm a ver com o Trump ou com a mudança de governo dos Estados Unidos. Até porque a gente está falando de um cenário de instabilidade na Europa, no Brexit. Então, não sei se o mercado financeiro sinaliza para uma boa interpretação da gestão Trump ou se de fato os Estados Unidos, apesar do Trump, são um destino mais seguro para os investimentos em relação a outros lugares, como a Europa.

Em relação ao muro e ao *Travel Ban*, só dois comentários rápidos. Hoje, nos Estados Unidos, voltou a ser discutido com muita frequência um conceito que a gente chama de crimigração, ou seja, essa interlocução que o Trump acabou promovendo e em outros lugares do mundo também acontece entre o imigrante e aquele que comete crime. E isso influenciou diretamente nos dados que o Rogério apresentou sobre o aumento de pessoas presas na fronteira com o México. Aí tem a ver com a própria conceituação do que vem a ser um imigrante ilegal. As agências americanas trabalham entre elas com conceitos diferentes entre o que vem a ser um imigrante ilegal, o que pode ter levado inclusive a uma modificação desse padrão histórico. Então não dá ainda para saber se de fato essa retórica do muro gerou

essa repercussão prática, ou seja, menos gente sendo presa por causa do anúncio da construção do muro, ou se isso significa simplesmente que a metodologia da pesquisa está contemplando um outro conceito do que vem a ser um imigrante.

O Obama, por exemplo, separava em categorias aqueles que imigravam em primeira geração, segunda geração e para cada um deles estabeleceu um enquadramento jurídico diferente. Eu concordo totalmente com o que ele falou, mas acho que ainda não está clara qual é a classificação jurídica que o Trump está fazendo desses imigrantes. E a mesma coisa em reação aos vistos. O que aconteceu em muitos locais do mundo, e inclusive no Brasil também, foi um conjunto de mudanças nos processos de emissão dos vistos. Então, como não conseguiu estabelecer o banimento por meio da medida executiva, o que Trump fez foi elevar os custos para que os indivíduos conseguissem obter o status legal de visitação.

No caso do Brasil a mudança foi bem residual, obviamente o Brasil não era alvo de nada disso. Só para vocês terem uma ideia, antes do início do governo dele, as entrevistas para a emissão dos

vistos americanos eram dispensáveis quando o aplicante fosse menor de 14 anos ou maior de 65 anos. Após a vitória do Trump houve uma readequação e hoje a entrevista voltou a ser obrigatória em todas as idades. Também havia algumas condições de dispensas especiais quando se tratava de renovação de vistos, e que dispensavam alguns indivíduos de ter que comparecer novamente, e elas foram retomadas. Então, é só uma ilustração para dizer que em vários lugares do mundo, com força especial nesses países que são considerados países-alvo, as mudanças afetaram mais o processo pelo qual os vistos são emitidos. Portanto, não é um contraponto, mas um complemento ao que o Rogério falou - para dificultar, pela burocracia, o acesso dessas pessoas a uma condição legal.

E é bem importante também estabelecer um paralelo claro entre um refugiado e um terrorista. É bem diferente, não tem uma correlação. Aliás, no caso dos Estados Unidos, um dos motivos que levaram o Judiciário a reagir ao Travel Ban foi o fato de que não existe nenhuma explicação racional ou histórico que justificasse a proibição a cidadãos desses países, seja por meio da avaliação

dos crimes e atentados terroristas cometidos nos Estados Unidos nos últimos anos, seja com base em critérios sociopolíticos desses países. Dependendo dos critérios que nós elencássemos, vários outros países deveriam ser incluídos ou excluídos, portanto ficou claro que era uma decisão arbitrária e por isso a Justiça americana considerou que ela não deveria ser mantida. São só esses comentários complementares, mas acho que o Rogério complementou muito bem a maior parte das coisas.

LUIZ ALBERTO MACHADO: Muito obrigado. Então, a exemplo do que fazemos sempre nos Encontros Democráticos, eu passo a palavra a quem quiser fazer perguntas.

PERGUNTA: A professora disse que em 2018 haverá eleição para a Câmara dos Representantes e que os deputados não aprovaram recursos para construção do muro para não criar déficit fiscal e ficar mal com os eleitores. Pergunto se, no mesmo sentido, os planos de Trump para a imigração não poderiam ter problema por causa do crescimento dos eleitores hispânicos, por exemplo. Qual pode ser a influência das mudanças demográficas nos Estados Unidos?

FERNANDA MAGNOTTA: O tema da imigração é sensível em geral. É sensível, em primeiro lugar, pela opinião pública. De fato, existe uma discussão muito intensa sobre uma reconfiguração da própria identidade social e cultural dos Estados Unidos em relação à imigração. A gente fala da imigração latina, ela é sempre a mais óbvia, mas não só ela afeta os Estados Unidos. Já existem projeções sérias mostrando que em 2025 os Estados Unidos já não serão um país



de predominância branca, pois passa por essa inversão demográfica. E não só os latinos entram na conta com muita força, mas também os asiáticos, sobretudo os chineses, coreanos e indianos. Então, o tema da imigração é muito sensível na opinião pública, porque tem a ver com diversos fatores, como a incorporação de um segundo idioma como um idioma corrente, e até as condições de trabalho que já são muito difíceis.

Mas, por outro lado, o tema é muito espinhoso. Ao mesmo tempo em que existe a opinião pública favorável a discutir esse assunto, ele é de pouca convergência dentro do Legislativo. O Obama tentou emplacar uma mudança imigratória no período em que foi presidente e não teve sucesso, em grande parte porque os republicanos se opuseram a essa legislação.

Mas mesmo o Trump, que tem maioria nas duas casas legislativas, vai ter uma certa dificuldade em avançar com leis imigratórias porque, em geral, essas leis acabam afetando muito diretamente alguns grupos organizados que fazem pressão, os lobbies. Alguns lobbies étnico-culturais exercem muita pressão nas Américas, como o lobby cubano, por exemplo, que é muito poderoso, e também o lobby das organizações sociais. Então, acho que nas próximas eleições legislativas esse vai ser um tema quente. Acho que nenhum dos legisladores atuais que buscar a reeleição vai se aventurar a encarar esse debate muito de perto, porque ele pode representar uma perda de eleitorado. Mesmo acreditando que hoje o ambiente do Trump é mais favorável à mudança imigratória que o do Obama, a execução disso é muito sensível por conta dos interesses desses grupos, desses lobbies organizados. Acho que o governo Trump, ao longo dos oito anos, se ele for reeleito - porque em geral os governos são reeleitos nos Estados Unidos, com algumas exceções - ele deve ter uma perspectiva na legislação imigratória. Isso vai

acontecer, mas dificilmente isso vai acontecer nas próximas eleições. Sentimos que o Congresso tem sido muito reticente até conseguir mapear melhor qual é a interpretação do eleitorado em relação ao Trump. Não é à toa que a história do muro aconteceu, os legisladores ainda não querem se comprometer com o governo sem ter um pouco mais de clareza de qual o balanço da opinião que está sendo feito. Pelo menos, essa é a minha interpretação.

PERGUNTA: Já existe um impacto das ações de Trump nos negócios, na economia e no comportamento das pessoas, dos mexicanos, dos canadenses... Afinal de contas, qual a figura de Trump que a gente pode esperar daqui para a frente - esse Trump agressivo, intimidador, ou o Trump moderado?

ROGÉRIO SCHMITT: Isso de fato eu não tornei explícito, mas as minhas colocações iniciais sugerem que a minha aposta é a de que Trump está sendo enquadrado pelo sistema de freios e contrapesos norte-americano, de que ele vai acabar sendo um presidente normal, como qualquer outro.

FERNANDA MAGNOTTA: Algo que me parece relevante do ponto de vista prospectivo é que agora em 2018 o México terá eleições presidenciais também e com certeza os assuntos do muro, do Trump e do Nafta, temas caros ao México, vão ser muito fortes durante a campanha presidencial mexicana. Um preview dessa campanha já se manifesta na opinião pública mexicana. Os mexicanos, de fato, pelo menos pelo que tenho acompanhado, têm investido muito nesse discurso do ressentimento antiamericano. Isso é uma coisa que pesou e os pré-candidatos à presidência mexicana têm apostado nisso. O Canadá é um país friendly, amigável, enquanto os americanos não são mais interpretados dessa forma. Então, possivelmente essas imagens apareçam como recursos retóricos dentro desse processo eleitoral.

Na prática, toda mudança que possa acontecer entre os Estados Unidos e o México vai depender dessa mudança de governo no México. O presidente mexicano já está no final do governo e, enfim, ele fez o que pôde. Ele cancelou a visita aos Estados Unidos porque Trump disse que, caso ele o visitasse, significaria que automaticamente

ele estava ciente de que os mexicanos deveriam pagar pelo muro. Ele impôs uma condição aos mexicanos como parte da agenda de visita oficial e isso se tornou muito delicado para os mexicanos e o presidente do México cancelou.

Em relação ao Nafta, aquele acordo de livre comércio que os Estados Unidos têm com o Canadá e com o México, há um debate sobre como ele pode ser revisto. Trump falou várias vezes sobre a revisão do Nafta, mas nunca deixou muito claro qual era o plano em relação a esse acordo. Nesses 100 dias ele já encaminhou alguns pedidos de avaliação setorial em relação ao Nafta, mas nada muito concreto.

Em relação ao futuro Trump, minha aposta é parecida com a do Rogério. Nesse mosaico a figura do Trump presidente moderado hoje prevalece mais do que a figura do Trump candidato, envaidecido, digamos assim, populista e tal, como ele era descrito antes. Mas eu ainda preservo aquilo que eu disse para vocês, de que ele jamais vai ser um presidente moderado como os outros moderados, porque ele se fez refém da persona de campanha. Inclusive, às vezes eu penso que ainda que ele enfrente todos esses fracassos institucionais, fruto desse sistema de freios e contrapesos do processo americano, nem por isso ele vai se desfavorecer perante o eleitorado. Eu já consigo ver o Trump na reeleição argumentando coisas do tipo: "bom, não construí o muro", ou então "não cancelei o Obama Care, não porque eu não tivesse tentado, mas porque as alianças políticas e o *establishment* mais uma vez nos impediram.

Do ponto de vista da construção do discurso é até bem inteligente, porque ele consegue conciliar uma ação moderada, enquadrada dentro dos moldes de um governo republicano convencional, aliado a um elemento discursivo que preserva ainda aquela nuance populista dos



velhos tempos. Do ponto de vista do discurso político-eleitoral é bem inteligente o que ele tem feito, ele está terceirizando as responsabilidades e por isso também os eventuais fracassos que ele tenha. E é um pouco em geral o que ele fez até agora. De forma geral, o que o Trump tem buscado ao longo desses 100 primeiros dias é manter a ideia de que ele é um presidente que fala com o povo. A gente viu pela nuvem de palavras do Rogério que essa ideia de “americano, da América e do povo” é sempre muito presente, embora a ação vá se tornando cada vez mais tímida em relação àquela ousadia das propostas.

LUIZ ALBERTO MACHADO: Quero aproveitar para fazer também uma pergunta. Os eventos internacionais, claro que repercutem, favoravelmente ou contra a imagem interna. A sensação que eu tenho é de que ele também acabou se dando bem não apenas em relação à questão da Síria, mas ele se deu bem também na questão da Coreia do Norte, que hoje é uma preocupação muito grande do mundo todo. Você tem essa impressão também?

FERNANDA MAGNOTTA: Sim, eu acho que ele tem investido, como falei antes, numa reorientação estratégica. Ele precisa, de certa forma, buscar apoio e reforço ao capital político em alguns temas e ele verificou numa análise bem simples e racional de custo-benefício onde ele pode avançar com custos reduzidos. Então, hoje, ele pode avançar com custos relativamente reduzidos sobre a Síria e pode avançar com custos relativamente reduzidos em relação à Coreia do Norte. É uma substituição, na minha opinião, do que ele fazia com a China. É como se em algum momento tivesse havido esse cálculo. Tratar e caracterizar a China como o grande inimigo inter-

nacional talvez não seja o melhor negócio, por uma série de razões. Os Estados Unidos têm uma relação de interdependência bastante significativa com a China, seja pelo aspecto comercial, dos mercados, seja pelo ponto de vista financeiro - hoje a China é o país que detém mais títulos da dívida americana, basicamente os chineses estão sentados em cima dos títulos da dívida americana, e sem contar aspectos geoestratégicos em relação à Rússia, em relação à própria Coreia do Norte, em relação à estabilidade de algumas regiões como a Síria e o Oriente Médio. Então, eu vejo o Trump buscando a manutenção de um discurso, mas com uma reorientação estratégica. Ele sai da China, onde os custos de uma contraposição são muito elevados, e mira um outro foco onde, ali sim, ele encontra maior coesão na opinião pública norte-americana, maior coesão dentro da base do partido, coesão dentro da oposição e contra os quais os Estados Unidos desfrutaram de um certo privilégio e prestígio até mesmo militar.

Por mais que nós saibamos que a questão norte-coreana é bem complicada, hoje ainda não há indícios de que os Estados Unidos não pudessem lidar com a situação. Na prática, o que acontece ali é que mexer com a Coreia do Norte significa automaticamente afetar as relações com a China. A China, no fundo, utiliza e preserva a Coreia do Norte como uma espécie de Estado tampão entre a própria China e a Coreia do Sul. A Coreia do Norte está bem no meio, entre a Coreia do Sul e a China. E eventualmente a derrubada do governo norte-coreano representaria talvez a reunificação da Coreia em torno do Sul. E os Estados Unidos são o principal aliado sul-coreano na região, os Estados Unidos fazem com frequência jogos de guerra na Coreia do Sul. Eles fazem treinamento militar lá e para os chineses seria muito desconfortável

dividir fronteira com um país tão aliado aos Estados Unidos, onde inclusive há bases americanas estabelecidas. Então, os chineses acabam fazendo um pouco de vista grossa em relação aos norte-coreanos porque os norte-coreanos são muito convenientes para eles do ponto de vista geoestratégico. Mas mesmo para os chineses, os custos desse apoio têm sido elevados. O Trump aprendeu a manipular bem isso.

ROGÉRIO SCHMITT: Ou seja, a China aceita rifar a Coreia do Norte, se for necessário.

FERNANDA MAGNOTTA: Exatamente. É um cálculo racional da relação custo-benefício. O que a gente vai querer? A gente vai querer arranjar confusão com o Trump ou manda o Kim Jon para o espaço? No fundo, o ideal é não ter que lidar com isso, não ter que assumir isso como um problema. Mas o Trump vai elevando os custos desse processo. Resumindo, é isso. Trump tem sido hábil. É a velha ideia de que, quando a coisa não vai muito bem nacionalmente, domesticamente, o recurso do internacional sempre cabe bem. É uma forma de dividir a atenção da opinião pública. E nesse momento é bem claro que essa é uma estratégia do governo americano. Independente de países como a Síria e a Coreia do Norte representarem uma ameaça aos interesses americanos, a presença desse tipo de assunto dentro da retórica americana aumentou muito em relação à campanha. Na campanha, Trump foi considerado um presidente de viés isolacionista, pouco interessado nos assuntos internacionais. Várias vezes, inclusive, ele falou da Síria com um certo desdém, referindo-se à Síria como um país que tem que resolver seus próprios problemas. Com aquela história de “América First” ou “Make America Great Again”, ele só se disporia a tratar de as-

suntos internacionais que julgasse diretamente relacionados a eventuais interesses domésticos. Agora, essa margem de flexibilização vai se expandindo, começa a haver um interesse em trazer os temas internacionais para a agenda.

PERGUNTA: Muita gente coloca a eleição de Trump num contexto mais amplo, relacionando com o cenário europeu, o Brexit, o avanço da Le Pen na França, os ataques à globalização, etc. O que vocês dizem disso?

FERNANDA MAGNOTTA: Com uma certa frequência, principalmente aqui no Brasil, as pessoas colocam o Trump na mesma cesta do Brexit e da eleição francesa, se referindo a tudo isso como um processo de ascensão, de aprofundamento do conservadorismo e da extrema-direita. Isso me incomoda profundamente, porque, particularmente no caso dos Estados Unidos, isso não é verdade. Trump não é exatamente a expressão nem do conservadorismo, nem da emergência da extrema-direita. Nenhum dos casos. O que me parece razoável para explicar tudo isso não é a extrema direita, nem o conservadorismo, é o nacionalismo, isso, sim. Então, eu diria que se trata daquele velho dilema entre o globalismo e o nacionalismo. Em alguns lugares, a narrativa do nacionalismo ganhou esse caráter antissistêmico, em alguns lugares ganhou esse caráter de reforma das estruturas que existem e por isso as eleições em alguns lugares acabaram tendo essa conotação. É muito diferente quando a gente compara o caso francês e o caso americano. Na França, aí sim temos a emergência de um discurso não só nacionalista, mas que vem acompanhado de um componente de direita, de um componente conservador. Não é o caso dos Estados Unidos. Na França, me parece ra-

zoável falar em conservadorismo quando se fala em Marine Le Pen, não necessariamente com uma conotação positiva ou negativa, não é isso. Mas existe um componente de manter as tradições e coisa e tal. No caso do Trump, isso não se manifesta. Trump, aliás, foi rejeitado pelo establishment conservador do partido e pelas elites conservadoras dos Estados Unidos. Outro dia fizemos um exercício na FAAP, selecionando capas de revistas conservadoras americanas, revistas acadêmicas e revistas de circulação comum, dos grupos conservadores e neoconservadores que depois acompanharam o governo Bush e cem por cento desses grupos rechaçaram a candidatura do Trump. Nas capas das revistas estava uma ilustração do que o debate estava reproduzindo naquele momento, mostrando que a própria plataforma de campanha e o que Trump dizia não tem nada a ver com uma agenda de extrema direita e com conservadorismo, mas sim com essa ideia de um nacionalismo crescente. Talvez o que esteja acontecendo nos Estados Unidos, particularmente agora, seja um pouco do que aconteceu aqui nas Américas e em outras regiões do mundo em desenvolvimento nos anos 90 e 2000, que é a clareza de que a globalização traz diversos benefícios, mas cria determinadas desigualdades que acabam deixando as pessoas ressentidas e insatisfeitas. São os gargalos da globalização que talvez agora se aproximem mais do centro de poder global. Então os europeus começam a sofrer algumas baixas no modelo liberal, com democracia, capitalismo e globalização, que vigora desde os anos 40. Os americanos, a mesma coisa.

ROGÉRIO SCHMITT: Deixa eu acrescentar uma distinção conceitual. É entre a globalização e o globalismo. Globalização é a internacionalização dos mercados, das trocas econômicas internacionais. O globalismo é a transferência de competências e poderes para órgãos supranacionais de caráter burocrático, não eleitos democraticamente. O que explica o Brexit é a oposição ao globalismo, e não à globalização, é oposição à União Europeia como uma entidade que não tem nada a ver com os problemas específicos da vida das pessoas em cada país.

FERNANDA MAGNOTTA: No caso dos Estados Unidos, acho que são os dois. Mas aí é outro problema.

ROGÉRIO SCHMITT: Eu dei o exemplo inglês, que se aplica mais a mim. Mas, mesmo no caso americano, entre o eleitorado do Trump acho que a rejeição ao globalismo é maior que à globalização. E outra distinção necessária é entre conservador e extrema-direita. Não são sinônimos. Conservador é direita moderada. Extrema-direita é outra coisa completamente diferente, é antissistema, é antidemocrático. Assim como a extrema-esquerda. E não se pode colocar no mesmo balaio esses dois termos.

LUIZ ALBERTO MACHADO: Bem... precisamos encerrar. Em nome do Espaço Democrático, agradeço à Fernanda e ao Rogério pelas excelentes palestras, e a todos pela presença e participação. Muito obrigado.

Presidente Guilherme Afif	Conselho Superior de Orientação Presidente – Gilberto Kassab Guilherme Afif Henrique Meirelles Omar Aziz Raimundo Colombo Otto Alencar Claudio Lembo Ricardo Patah Vilmar Rocha Guilherme Campos Robinson Faria
1º Vice-presidente Vilmar Rocha	
2º Vice-presidente Diretor de Relações Internacionais Alfredo Cotait Neto	
Secretária Alda Marco Antonio	
Diretor Superintendente João Francisco Aprá	



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD



www.espacodemocratico.org.br